

Banco Central evita a discussão

Dois diretores do Banco Central se recusaram a participar do ciclo de Conferências sobre Conversão da Dívida Externa em Capital de Risco, promovido pela UnB, "para não discutir com profundidade uma decisão de Governo". Segundo o formulador do convite aos diretores, Luis Fernando Victor, professor de Políticas Públicas do Departamento de Administração da UnB, esta foi a resposta dada pelo diretor da Área Externa, Arnin Lore, e pelo diretor da Área de Mercado de Capitais, Keyler Carvalho Rocha, para não irem ao seminário. Conforme Victor, Carvalho Rocha lhe disse que "Mailson não permitiria a presença de diretores do BC num debate desse nível.

Professor da UnB e empresário do setor exportador, Victor diz não entender como duas autoridades se negam a debater um tema de fundamental importância numa instituição pública de gabarito como a UnB, e participam de seminários sobre o tema em São Paulo, com audiência restrita e ingresso pago.

Victor enxergou na realização do seminário a oportunidade de se desvendarem aspectos importantes da dívida externa brasileira, que estão sendo deixados de lado com toda a discussão sobre a conversão. "A conversão na verdade, e os participantes do seminário concordaram nisto, está sendo usada como um instrumento político na renegociação e não como um mecanismo para redução do estoque da dívida em bases favoráveis ao País", afirmou Victor.

Durante o seminário foram abordados os efeitos, riscos e vantagens do processo, estrutura, funcionamento, normas, evolução histórica e o relacionamento da conversão com uma política de desenvolvimento.

Os maiores elogios ao processo de conversão partiram dos representantes das bolsas de valores, da Comissão de Valores Mobiliários e do ex-diretor da Área Externa do BC e professor da UnB, Carlos Eduardo de Freitas. Paulo Rehder, da

Bolsa do Rio de Janeiro, acha que a conversão pode ser um instrumento efetivo para a obtenção de investimentos pelo País, embora o Banco Central não tenha mecanismos para verificar se os investimentos estão sendo feitos de fato. Ele acha positivo, inclusive, que os recursos provenientes das conversões sejam utilizados para eliminar dívidas das empresas. "Isto facilita a volta das empresas aos investimentos", avaliou Rehder.

Carlos Eduardo de Freitas considera vantajoso converter dívida em capital de risco por que isto significa uma porta para o ingresso de recursos, ao mesmo tempo que se elimina parte dos débitos. Ele, entretanto, acha que os deságios obtidos até o momento nos dois leilões de conversão (27 por cento no primeiro e 32 por cento no segundo) ainda são insuficientes para que o País seja realmente beneficiado. O ideal é que o deságio fosse de pelo menos 35 por cento.

Victor lamenta que a conversão da dívida seja historicamente feita em cima do principal. Quando a conversão começou no Brasil, em 1960, foram convertidos 73 mil dólares do principal e nenhuma parte dos juros. Onze anos depois, em 1971, foram convertidos 30,1 milhões de dólares do principal e apenas 171 mil dólares de juros. Em 1983, foram convertidos 848,2 milhões do principal e apenas 29,4 milhões dos juros. Os dados são do Banco Central.

Outro aspecto nefasto da conversão da dívida externa é a ausência de uma política de desenvolvimento, segundo avaliou durante o seminário o professor Theotonio Santos Jr., da UnB. O professor preocupa-se com a vinculação que o atual Governo faz entre conversão e privatização de empresas. "Vão privatizar as empresas mais lucrativas", afirmou Theotonio Santos.